

Saúde e Infância na Sociologia de Guerreiro Ramos (1943-1952)

Marcos Chor Maio*
Thiago da Costa Lopes*

Resumo: O presente trabalho visa reconstruir o diálogo entre o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) e os médicos puericultores em torno dos problemas sociais da infância, como a mortalidade infantil e a delinquência juvenil, entre as décadas de 1940 e 1950 no Brasil. É como professor do curso de Puericultura e Administração, criado em 1943 no Departamento Nacional da Criança, que Guerreiro Ramos passa a se dedicar ao tema da saúde. Em meio a um programa de assistência médico-educacional dirigido por agentes do Estado, o sociólogo, ao qualificar a ação médica estritamente assistencialista como ineficaz, ensaia suas primeiras formulações de uma sociologia aplicada vinculada ao compasso da "realidade nacional" e defende a importância de uma compreensão sociológica dos termos em debate, interpelando seus recortes clínico-biológico e eugênico.

Palavras-chave: Guerreiro Ramos, sociologia, saúde infantil

Abstract: This paper's goal is to historically reestablish the debate between Brazilian sociologist Alberto Guerreiro Ramos (1915 – 1982) and pediatricians concerning matters of child welfare and protection in the 1940s and 1950s, such as infant mortality and juvenile delinquency. As a teacher in a course for child health promotion - set up in 1943 as part of Departamento Nacional da Criança's government policy for training staff in the subject, Guerreiro Ramos has written texts on Public Health, bringing up a critique of a medical view entirely focused on the biological aspects of child health problems and insisting on the need for a sociological perspective able to provide a broader understanding of those. Here is the sociologist's belief in the usefulness of sociology for solving concrete problems of social life and in its necessary theoretical ground on the so-called "national reality".

Keywords: Guerreiro Ramos, sociology, child health

Introdução

Tendo como objetivo pesquisar a relação entre saúde pública e ciências sociais no pensamento do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, o ponto a ser aqui desenvolvido é o de uma compreensão da crítica que este sociólogo lança a determinadas visões médicas sobre os problemas da saúde infantil no Brasil, em particular a mortalidade infantil e a "delinquência juvenil" - crítica esta presente em sua produção de artigos e livros voltados para a saúde pública entre as décadas de 1940 e 1950. É a experiência como professor do curso de

* Pesquisador do Departamento de Pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e Professor do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde (COC/Fiocruz).

* Bolsista FAPERJ – Ciências Sociais/UFRJ

formação de técnicos puericultores do Departamento Nacional da Criança (DNCr) iniciada em 1943 que marca o início da reflexão de Guerreiro Ramos sobre o tema “saúde”, incluída aí a crítica propriamente, que se desdobra em três momentos: 1) a uma compreensão estritamente médico-biológica dos problemas da saúde infantil; 2) ao caráter voluntarista e assistencialista dos serviços médicos prestados pelo sistema administrativo de proteção à infância no Brasil e 3) a uma concepção médica que associava determinantes biológicos inatos às causas da mortalidade infantil.

Em julho de 1944, Guerreiro Ramos publica o artigo *Uma Concepção Multidimensional do Comportamento* na seção intitulada “Puericultura Social” do *Jornal de Pediatria*, periódico organizado e publicado pela Sociedade Brasileira de Pediatria a partir de 1934. Enquanto mensário de *Clínica, Patologia e Higiene Infantil*, suas publicações tinham o objetivo de organizar uma fonte regular de trabalhos científicos para o público especializado, reunindo articulistas de todo o país para que então se tornasse uma referência nacional de médicos pediatras e puericultores. Quando da morte de seu fundador em dezembro de 1941, a revista fica sob direção de José Martinho da Rocha, então catedrático da Clínica Pediátrica da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, e conta com as participações de Olinto de Oliveira, idealizador do DNCr, na qualidade de conselheiro e de Martagão Gesteira, catedrático da Faculdade Nacional de Medicina da Bahia, como redator. Três anos depois, segundo nota da redação (JP, 1944, vol. X, fasc. 3: X e XI), o periódico já teria ampliado “o seu campo de atuação, difundindo-se no país e no exterior”. Assim, o discurso médico presente neste periódico fornece substantivamente matéria para a compreensão do escopo das críticas do sociólogo a serem aqui analisadas.

Antes ainda, cabe uma breve introdução desta personagem e do contexto particular em que o debate toma forma. Mulato e baiano oriundo das classes subalternas, Guerreiro Ramos nasce em 1915, em Santo Amaro da Purificação, cidade próxima a Salvador. Por intermédio de relações com famílias tradicionais baianas, ingressa no Ginásio da Bahia, instituição de ensino de grande prestígio à época. Já na década de 30, o jovem milita no integralismo, entra em contato com o pensamento católico francês através das revistas *Esprit* e *L'Ordre Nouveau*, participa do setor cultural do governo Landolfo Alves, então interventor da Bahia, e da organização da Faculdade Nacional de Filosofia desse mesmo estado. A participação em movimentos de cunho político e religioso facilita ainda a circulação de Guerreiro Ramos em ambientes da classe média baiana, onde escreve crítica literária para jornais locais. No final de 1939, parte para o Rio de Janeiro com bolsa do governo baiano para o curso de ciências sociais na então Universidade do Brasil. Em 1942, ao término do curso,

Guerreiro Ramos é indicado para ser professor assistente tanto na cadeira de sociologia como na de ciência política. Contudo, o passado integralista e as ligações com Landolfo Alves teriam sido um forte instrumento de pressão de seus desafetos para impedir a continuidade de sua carreira acadêmica num período em que o Brasil declarava sua entrada na guerra ao lado das Forças Aliadas. É então que em 1943, por indicação do então diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, San Thiago Dantas, Guerreiro Ramos torna-se professor da cadeira de Problemas Econômicos e Sociais do Brasil no curso de Puericultura e Administração do Departamento Nacional da Criança (DNCr), onde permanece por seis anos dedicando-se à reflexão sociológica sobre a puericultura, a mortalidade infantil e a medicina popular. (MAIO, 1997)

O DNCr, por sua vez, foi criado por decreto-lei em 1940 e, conseqüentemente, contou em sua configuração com o concurso de elementos presentes no discurso político e no espectro ideológico inaugurados pela Revolução de 30 e reforçados pelo período estadonovista (FONSECA, 1990). É assim que os planos traçados pelo departamento para a proteção da criança faziam eco à preocupação oficial com a (re)construção da nação e valorização do trabalhador (isto é, aquele reconhecido oficialmente como tal): a criança era o futuro de ambos e como tal deveria ter a sua saúde e seu bom desenvolvimento físico e mental garantidos. A família igualmente era considerada o meio mais propício para o crescimento e a educação do infante, que deveria ser levado a instituições outras quando aquela fosse, em casos extremos, tomada como degenerada e promíscua e, portanto, nociva à formação da criança. Assim, a proposta do departamento era efetivamente atuar na proteção e assistência à infância e à maternidade junto aos municípios por meio de suas instituições de assistência privada e de suas autoridades locais. Um corpo técnico-administrativo deveria ser formado tendo em vista a orientação e fiscalização desses atores que poriam localmente em prática os serviços conforme as determinações do programa do órgão central, concentradas no combate à mortalidade infantil, na alimentação adequada, na higiene pré-natal, na assistência ao parto e na educação de crianças e gestantes. É, pois, para a formação de pessoal, que o DNCr organiza em 1943 três cursos (PEREIRA, 1992): Curso de Puericultura e Administração, voltado para o pessoal que dirigiria os serviços; os Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização de Médicos, dedicados ao aprimoramento na área de puericultura; e os Cursos de Treinamento de Pessoal Auxiliar, que formariam técnicos auxiliares.

A crítica de Guerreiro Ramos à perspectiva médica

Guerreiro Ramos atuou como professor do curso de Puericultura e Administração criado pelo decreto 5.912, de 25 de outubro de 1943, para os Serviços de Amparo à Maternidade, à Infância e à Adolescência do DNCr. Era responsável pela cadeira de número 7, *Problemas Econômicos e Sociais do Brasil*, com relação à qual sugeriu, dentre outras medidas, a criação de uma cadeira própria reservada à *Pesquisa Social* para o médico puericultor. Propôs que a cadeira de número 7 tivesse também seu nome alterado para "Sociologia e Economia" ou "Sociologia e Economia Aplicadas ao Brasil". É a partir da experiência como professor do curso que o sociólogo desenvolve sua crítica, articulada em três pontos: a) crítica a uma compreensão estritamente médico-biológica dos problemas da saúde infantil; b) ao caráter voluntarista e assistencialista dos serviços médicos prestados pela administração pública brasileira e c) a uma concepção médica que associava determinantes biológicos inatos às causas da mortalidade infantil.

É recorrente, como primeiro ponto a se destacar, a ênfase do sociólogo na importância de se complementar a abordagem médica com uma análise sociológica dos problemas da agenda do DNCr como a mortalidade infantil. Em *Aspectos sociológicos da puericultura*, de 1944, seu primeiro trabalho já dentro do curso, Guerreiro Ramos afirma a necessidade de uma aproximação multidimensional da puericultura, ou seja, esta tecnologia particular, dedicada à criação e ao desenvolvimento da criança, deveria ser informada por várias disciplinas científicas além da biologia, como a psicologia e a sociologia. No artigo que publica no *Jornal de Pediatria*, *Uma Concepção Multidimensional do Comportamento*, o sociólogo tenta demonstrar que o comportamento desviante da criança – aquele que em maior grau caracterizaria o “jovem delinquente” - é resultado da interação de fatores “orgânicos” (neste caso, material biológico hereditário) e de fatores “supra-orgânicos” (isto é, sociais ou ambientais) (1944a: 315). O indivíduo inserido num meio social tomado pela “delinquência” ou pela “desorganização social” estaria assim mais propício a desenvolver condutas desviantes (1944a: 323). O apontamento de questões de ordem prática segue na referência às “clínicas de comportamento” existentes no exterior e que o DNCr poderia empregar observadas as devidas adaptações à estrutura social brasileira. Tais clínicas seriam centros onde profissionais informados atuariam para o tratamento de “desajustamentos pessoais” (1944a: 324). A “história de vida” dos pacientes - feita a partir de relatos dos desajustados em questão e de dados de sua vida cotidiana - seria buscada em riqueza de detalhes para que o clínico surpreendesse a “vivência típica da personalidade” e colocasse “em funcionamento as

reservas de saúde do doente". Nas escolas, poderia mesmo haver uma "profilaxia do comportamento" pela aplicação de escalas sociométricas (1944a: 325) em crianças, prevendo e contornando os desvios comportamentais observados. Nas palavras de Guerreiro Ramos, seria "o caso do Departamento Nacional da Criança criar suas escalas sociométricas convenientes à criança brasileira, para usar na previsão dos desvios comportamentais" (Idem). Além de acompanhar o histórico de vida dos pacientes, os estudiosos deveriam observar as condições advindas do ambiente social no qual os menores se inseriam como causas do próprio desajustamento. As situações precárias de existência características do pauperismo acentuariam a transmissão de comportamentos anormais e dificultaria a correção de menores desajustados. É frisando, portanto, a dimensão social do comportamento tido como desviante, que o sociólogo entende que um tratamento puramente biológico dos problemas infantis incorreria num unilateralismo explicativo obtuso.

Em *O problema da mortalidade infantil no Brasil*, publicado na revista *Sociologia* em março de 1951, Guerreiro Ramos critica ainda os serviços médicos envolvendo a mortalidade infantil no Brasil. Os médicos que teriam criado uma "consciência nacional da gravidade do fenômeno" e, em certa medida, "inventado" (1951: 34) o problema da mortalidade infantil, mas seus serviços se fundaram no falso pressuposto de que o problema suportaria "uma solução médica", isto é, "uma distribuição de conselhos, de remédios ou de alimentos" (1951: 37) e eles mesmos não teriam assimilado a idéia de tratar um "problema social" com uma "solução social", promovendo a "transformação de todo um complexo institucional" (Idem). Um problema de administração pública seria identificado porque os serviços médicos distrairiam, assim, "apreciável parte da renda nacional para o custeio de medidas que em quase nada alteram as causas da mortalidade infantil", sendo necessário integrar tais serviços a uma "política de desenvolvimento econômico do país" (1951: 36 - 37) que atentasse para as condições sociais e econômicas estruturais de tais problemas. Não se trata de curar um indivíduo doente, mas de encarar "massas de indivíduos doentes" (Idem), segundo afirma. O funcionamento mesmo dos órgãos de assistência infantil suporia "uma população de elevado nível educacional" (1951: 39), o que contrastaria com a heterogeneidade cultural e a desigualdade econômica observada no país:

A mortalidade infantil no Brasil rural só é um problema, à luz de um estado de espírito importado. Delineia-se assim, um verdadeiro conflito cultural entre a "urbanidade" dos administradores e o mundo rural, em que a alta mortalidade infantil é, por assim dizer, do ponto de vista místico, um favor de Deus; do ponto de vista prático, uma providência, expediente atuarial, pelo qual os poucos recursos e as restritas comodidades da população se ajustam às suas necessidades fundamentais, permitindo-lhes a subsistência (1951: 33)

É assim que Guerreiro Ramos destaca a relevância do estudo sobre a estrutura econômica e social do país para a real compreensão da mortalidade infantil enquanto *problema social*.

Finalmente, segundo o sociólogo, o discurso médico apresentaria à época um matiz “eugênico” que identificava na constituição genética do povo a origem de seus males. A mortalidade infantil aí decorreria não tanto de condições socioeconômicas, mas da “falta de vigor físico e da escassa capacidade hereditária” de um estoque biológico diferenciado (1951: 6). A solução darwinista, em seu viés ideológico-racista mais radical, afirmaria ainda a inevitabilidade da mortalidade infantil em função do processo natural de seleção dos mais capacitados para a existência. Segundo afirma,

[...] a saúde não é um dom definitivo concedido pelos deuses ou pela natureza aos indivíduos. Desta maneira não há populações inatamente sadias e populações inatamente enfermas, como insinua a ideologia médica. É a maneira como se distribuem o poder aquisitivo e a cultura (a palavra cultura entendida aqui em sua acepção sociológica, como um repertório de ajustamentos do indivíduo ao universo) que condiciona decisivamente os índices de saúde de uma população (1951: 10)

Contra tal “ideologia biolagística” (1951: 6), a abordagem sociológica feita por Guerreiro Ramos focaria variáveis como *padrão de vida, custo de vida, poder aquisitivo* e ainda *hábitos culturais típicos da pobreza* manifestos, por exemplo, na “medicina de *folk* ou medicina popular” (1951a: 252):

o enriquecimento súbito do pobre lhe dá mais fartos recursos econômicos, mas não lhe altera imediatamente as atitudes e os hábitos longamente elaborados e adquiridos. Depois de superada a condição econômica, só muito lentamente se supera, no caso, a condição cultural e psicológica, por si só, fator de alta mortalidade infantil (Idem).

O discurso dos médicos puericultores no *Jornal de Pediatria* (1943 – 1952)

O *Jornal de Pediatria* (JP) foi um periódico fundado em 1934 na então capital da República pelo médico especialista em Tisiologia Infantil Edgar Filgueiras, que atua em sua especialidade no Instituto Nacional de Puericultura, centro de pesquisa originalmente pertencente à Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro e que se torna apêndice do DNCr a partir de 1940.

Os redatores e secretários do *Jornal* eram médicos especializados em Pediatria e em Puericultura que se concentravam no Hospital Artur Bernardes, instalado no Rio de Janeiro a partir da gestão do médico Antônio Fernandes Figueira enquanto chefe da Inspeção de

Higiene Infantil do Departamento Nacional de Saúde em 1924. Dividiam-se ainda entre as aulas dos cursos ministrados pelo DNCr, a atividade clínica, as pesquisas nas seções do INP e as reuniões da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), associação fundada pelo mesmo Fernandes Figueira em 1910.

No discurso de pediatras e puericultores no *Jornal*, a mortalidade infantil recebia um tratamento central – era o “magno problema” da saúde pública no Brasil, segundo Edgar Filgueiras, fundador do JP em 1934. Mortalidade esta que, enquanto problema, recebe um tratamento clínico-biológico, ligando-se aos aspectos individuais e orgânicos das doenças e das infecções, mas que também conta com uma abordagem social. Os fatores sociais ou ainda sócio-econômicos, no discurso médico, são mais precisamente articulados em torno de termos como “padrão de vida”, “hábitos” das “classes menos favorecidas”, “locais de habitação” das “massas”, “nível cultural”. De forma geral, esses fatores eram associados vagamente ao binômio miséria-ignorância, mas médicos havia que dissecassem a questão de forma mais acurada. O tétano umbilical, por exemplo, que despontava como um dos maiores responsáveis pela morte de crianças em tenra idade, era atribuído à assistência ao parto por parte de “curiosas”. No trabalho com as favelas, o médico do DNCr Mário Ramos afirma que “todas as crianças atingidas pela doença, nasceram nos próprios domicílios, foram assistidas por ‘curiosas’ do mesmo **nível social** e higiênico das parturientes, vizinhas de barracão” (JP, 1943, vol. IX, fasc. 2: 59, grifo nosso). Newton Potsch, membro da SBP, para explicar a frequência da doença em território nacional quando comparada a outros países, faz referência ao “**nível cultural** mais adiantado e o padrão de vida mais elevado” (Ibid., 1947, vol. XIII, fascs. 1 e 2: 47, grifo nosso) desses últimos.

Se uma crítica que aparece nos trabalhos de Guerreiro Ramos é dirigida a um assistencialismo estéril que ignoraria as condições estruturais dos problemas, estes médicos, embora não abrindo mão completamente de uma “assistência médico-social e educacional”, recomendam “o combate ao complexo de inferioridade econômico-cultural” (JP, 1949, vol. XV, fascs. 9 – 12: 202) como medida necessária para um efetivo tratamento dos problemas de saúde infantil e apontam a necessidade particular de políticas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico, onde o “padrão de vida” da população pudesse ser elevado.

Por outro lado, nota-se, ainda que em menor proporção, um viés médico que destaca o conteúdo biológico hereditário dos indivíduos como influente fator sobre a saúde debilitada. Rosalvo Moura, puericultor formado no curso do DNCr, destaca a raça como “fator predisponente” da mortalidade infantil em classificação que, segundo ele, seria do médico Martagão Gesteira. As “taras hereditárias” são apontadas aí como fatores igualmente

determinantes da morte de recém-nascidos. Ainda neste plano, há uma preocupação explícita em classificar os infantes enfermos em raça “branca”, “preta” e “mestiça” que perpassa o Jornal no período em questão e se encontra nas publicações de casos clínicos. Procura-se, nestes casos, traçar relações possíveis entre determinantes raciais e doenças e distúrbios observados.

É desta forma que emerge não menos que um discurso médico matizado por diferentes dimensões (biológica, social, econômica) portando certa ambivalência: não se destacaria abertamente como biologista (no sentido que Guerreiro Ramos empregaria), identificando segmentos inteiros da população como biologicamente predispostos a morrer por incapacidade própria, mas não se abriria mão dos predisponentes biológicos para o entendimento de doenças e problemas mais gerais da saúde infantil como o elevado índice de mortalidade, ressaltando-se aqui e ali a categoria “raça”.

Considerações Finais

A compreensão das críticas de Guerreiro Ramos sob a luz do discurso de puericultores do Jornal de Pediatria nos leva a algumas considerações finais. A crítica do sociólogo que levanta a questão da “eugenia” e do “darwinismo” poderia neste contexto ser vista como contendo certo apelo retórico: a face “biológica” seria o extremo ao qual uma visão médica que se ativesse somente a aspectos biológicos da saúde infantil poderia chegar. A sociologia inserir-se-ia então como ciência capaz de dar conta de uma dimensão social não ligada – e isto é importante num período pós-segunda-guerra - a concepções biológicas deterministas ou mesmo, para acompanhar Guerreiro Ramos, racistas. Por outro lado, o discurso médico aqui identificado, aderindo ora a uma dimensão mais social ora a uma mais biológica dos problemas de saúde infantil, proporia tanto a promoção de medidas de assistência médica direta quanto sugestões para o desenvolvimento da estrutura social e econômica do país. A ambivalência desse discurso, que destacava uma dimensão social ao mesmo tempo que tratava dos indivíduos segundo três distintas raças - mesmo que não preconizando abertamente medidas eugênicas racistas -, permitiria assim inserir compreensivamente nela própria a crítica de Guerreiro Ramos a uma visão médica “biológica”.

Estes trabalhos sobre saúde pública, produzidos por um Guerreiro Ramos jovem e recém-graduado, enfatizam a possibilidade de uma sociologia que lide com problemas concretos – a mortalidade infantil – a partir de uma análise da própria realidade nacional em suas particularidades - a estrutura econômica e social do país. Guerreiro Ramos ensaia já aí

sua defesa de uma sociologia autóctone e “em mangas de camisa”. É assim que se expressa ao se referir as “clínicas de comportamento” propostas no artigo do *Jornal de Pediatria*:

A oportunidade que o Departamento Nacional da Criança [...] abre àqueles que se dedicam às ciências sociais é a de tomar contato com os fenômenos de que tratam suas disciplinas não através de livros, mas de fato. Assim poderíamos descolonizar os nossos processos de pesquisa social concernentes à criança, descobrindo técnicas próprias e contribuindo para criar no país um ambiente científico genuíno no terreno das ciências sociais, ligado ao problema da criança, ambiente onde passassem a ser ridículas as atitudes livrescas e as inoperantes demonstrações de erudição, vício tão comum numa certa casta de pseudo-cientistas que nada fazem senão importar teorias alheias para embasbacar o indígena desprevenido e de boa fé... (1944a: 326)

Bibliografia

Fontes primárias:

GUERREIRO RAMOS, Alberto. (1944) Aspectos sociológicos da puericultura. Coleção D.N.C., nº109, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1944.

_____. (1944a) Uma Concepção Multidimensional da Criança. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, julho de 1944.

_____. (1946) Um inquérito sobre Quinhentos Menores. Rio de Janeiro, 1946.

_____. (1949) Sociologia do orçamento familiar (normas de vida). *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, setembro de 1949.

_____. (1949a) As classes sociais e a saúde das massas (ensaio de sociologia e biometria diferencial). *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, outubro de 1949.

_____. (1951) O problema da mortalidade infantil no Brasil. *Revista Sociologia*, São Paulo, março de 1951.

_____. (1951a) Pauperismo e medicina popular. *Revista Sociologia*, São Paulo, agosto de 1951.

Periódico *Jornal de Pediatria: Mensário de Clínica, Patologia e Higiene Infantil*. 1943 - 1952 (Vol. IX – XVII). Seção de Periódicos, Biblioteca Nacional.

Fontes secundárias:

FONSECA, Cristina M. Oliveira. (1990), “*Modelando a Cera Virgem*”: A saúde da criança na Política Social de Vargas”. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense.

MAIO, Marcos Chor (1997). A História do Projeto UNESCO: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil. Tese de Doutorado. IUPERJ. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (1995), “As Ciências no Rio de Janeiro”, in S. Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, volume 2. São Paulo, Idesp/ Sumaré/ Fapesp.

_____. (1995a), *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

PEREIRA, André Ricardo Valle. (1992), *As Políticas Sociais e Corporativismo no Brasil: O Departamento Nacional da Criança no Estado Novo*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense.